

O próximo passo é mudar o Ministério

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pode ser constrangedor, até doloroso, mas as conversas iniciadas na semana passada conduziram, sábado, domingo e ontem, em Brasília, a um tipo de conclusão ainda feita à curta voz e inexorável: José Sarney, assim que passar de substituto a sucessor, precisará cuidar da reforma do Ministério. Poderá hesitar algumas semanas, até um ou dois meses, mas retificará a equipe de assessores de primeiro nível de Tancredo Neves, de modo a adaptá-la às necessidades do pacto político que tentará celebrar com a Nação. E a seu próprio estilo.

Nem Sarney nem os diversos ministros que têm frequentado os Palácios do Jaburu e do Planalto falam em nomes, apesar de falarem na necessidade da reforma parcial do Ministério. Seria demais que encontrassem frieza e objetividade a esse ponto, envolvidos todos pela comoção gerada a partir do agravamento da doença do presidente eleito da República.

Publicamos, domingo, comentário sobre a situação singular daqueles que constituiriam o tripé maior de sustentação e de ação do governo Tancredo Neves, e que, pela ausência do chefe, parecem hoje mais orfãos do que os demais. José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil, Fernando Lyra, da Justiça, e Francisco Dornelles, da Fazenda, recebem de Tancredo Neves as funções fundamentais de cuidar da administração e do entendimento entre o Ministério, o primeiro, e anunciar e coordenar as decisões políticas, institucionais e partidárias além do trato com o Congresso, o segundo, e de executar a política econômico-financeira, o outro. Não seriam superministros, muito menos agiriam por conta própria, mas com o despertar na Nova República, liderada por Tancredo Neves, assumiriam papel preponderante. Seriam as vozes pelas quais o presidente se manifestaria. Confiança, conhecimento, intimidade até com os hábitos e a maneira de pensar e agir do ex-governador de Minas, além de delegação expressa através da própria designação recebida para o Gabinete Civil, a Justiça e a Fazenda — esses alguns dos fatores que os tinham conduzido a patamar privilegiado, além, é óbvio, de probidade e capacidade.

Pois vale começar deles. Mais do que os outros, são ministros de Tancredo Neves. Menos da Aliança Democrática, dos partidos ou dos acordos e compromissos celebrados durante a composição ministerial. Dificilmente, de José Sarney. Não existe, para com eles, o menor reclamo, idiossincrasia ou divergência doutrinária que possa ser levantado pelo vice-presidente. Pelo contrário. O problema é que são peças feitas para atuar no tabuleiro de Tancredo Neves.

Admite-se, pela sua postura, formação e experiência, que Sarney não vá conduzir nos detalhes a política econômico-financeira. Seu estilo é diverso do estilo do presidente eleito. Pretenderá delegar mais, centralizar menos no setor e, para isso, será levado a escolher outro ministro da Fazenda. Uma hipótese seria o deslocamento de Olavo Setúbal, das Relações Exteriores. Os obstáculos que surgiram ao aproveitamento do ex-prefeito de São Paulo na área econômico-financeira, quando Tancredo compôs a sua equipe, inexistiriam agora, especialmente se para o Itamaraty fosse remanejado o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, ou o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso. Ulysses Guimarães e o PMDB poderiam aceitar a troca, sabendo, como sabem, que nenhum de seus economistas mais expressivos terá chance. Já não tiveram com o presidente, quanto mais com o vice-presidente...

Para a Justiça, admite-se também uma solução interna, isto é, de dentro do próprio Ministério. Marco Maciel, da Educação, não se poderia negar ao convite, caso feito. A Pasta passaria para a Frente Liberal, nesse caso, mas o PMDB poderia ter compensação se indicasse o sucessor de Marco Maciel, no MEC. Pompeu de Souza, atual secretário

de Educação do Distrito Federal, é um nome. No caso da escolha de alguém do PMDB para a Justiça, aí estão, entre outros, Paulo Brossard, Josaphat Marinho e até Waldir Pires, da Previdência Social.

O Gabinete Civil, normalmente, é preenchido por alguém da intimidade absoluta do presidente, como de sua confiança total, além, é claro, dos referidos requisitos de probidade e eficiência administrativa. José Hugo Castelo Branco só não é da intimidade de José Sarney. Como soluções internas, existem as do deslocamento de José Aparecido de Oliveira, da Cultura, e de Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio. Mas, para o caso de Sarney optar pela ampliação do leque de apoio partidário até o PDS, promovendo um governo de união nacional, Luis Vianna Filho apareceria bem colocado, para lá e para as Relações Exteriores.

Não se excluem outras alterações, como não se exclui a possibilidade mais remota de não acontecer nenhuma, por prazo indefinido, mas dentro do jogo de forças a ser novamente encetado surge uma singularidade. O mais forte dos ministros, em termos de estabilidade, isto é, com a certeza de que não deixará o Ministério, é Renato Archer, por ter sido historicamente um adversário de José Sarney. Mantê-lo na equipe equivaleria a uma espécie de garantia de que o novo presidente estaria colocando a questão nacional acima de questões pessoais.

O principal, para José Sarney, será demonstrar disposição para começar a governar a toda carga, quando a fatalidade, nas próximas horas ou nos próximos dias, transferir definitivamente Tancredo Neves para a História. Ao sucessor caberá buscar o apoio da opinião pública, como prioridade máxima, mantendo e até ampliando os compromissos da Aliança Democrática. Isso se dará por ações práticas no campo social e administrativo, bem como por arranjos partidários. Ele ocupa atualmente situação partidária, pois, após haver fundado e presidido o PDS, pertence formalmente ao PMDB, mas, na realidade, liga-se ao PFL. Seus canais estarão, assim, ligados às circunstâncias e às três maiores forças partidárias do País, não parecendo provável que, quando a poeira assentar e a comoção passar, venha a procurar respaldo também nos partidos menores, trabalhistas.

Ainda com relação a mudanças em perspectiva, uma paralela surgia de considerações do momento: a solução para o governo do Distrito Federal talvez fosse a manutenção do ministro Ronaldo Costa Couto, governador interino. No Senado, fica mais difícil a aprovação de alguém ligado a Tancredo Neves, como Carlos Murilo, o próprio presidente eleito não teve condições de indicar antes do dia 15. O Ministério do Interior ficaria vago, admitindo-se que Antônio Carlos Magalhães pudesse ocupá-lo, deixando o Ministério das Comunicações para novas composições.

Não haverá que falar dos Ministérios militares, cuja montagem não foi fácil para o presidente eleito, mas funcionará com o vice-presidente, inclusive sem precisar mexer no Gabinete Militar, onde o general Bayma Denys se tem credenciado. O chamado gabinete pessoal de Sarney também se modificaria, diante do gabinete pessoal de Tancredo Neves, até mais por iniciativa dos seus atuais ocupantes, como demonstrou na semana passada Aécio Neves Cunha, secretário-particular e neto de Tancredo, ao vir a Brasília para colocar à disposição o seu e outros cargos, como de Tancredo Augusto, filho do presidente eleito. Como secretário de Imprensa, não obstante o bom desempenho de Antônio Britto, ficaria o jornalista Fernando César Mesquita, que já exerce essas funções em caráter emergencial, em Brasília.

Vale repetir: o assunto é tão constrangedor quanto doloroso, oficialmente todos o desmentirão, mas está colocado e mais se colocará nas próximas horas ou dias, por força da natureza das coisas. Ou das coisas da natureza, implacável como sempre.

C.C.